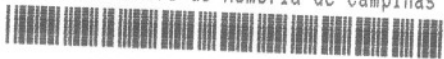


Biblioteca Centro de Memória de Campinas



CMUHE018406

GUGLIELMINETTI, Rose. Irregularidade na merenda ameaça verba federal: solução para Prefeitura é devolver RS 2,8 milhões ao FNDE ou acionar Chico Amaral na Justiça para evitar Cadim. Correio Popular, Campinas, 20 jan., 2001.

A Prefeitura de Campinas corre o risco de ficar sem receber, este ano, qualquer verba federal, por causa de irregularidades no uso da verba da merenda escolar em 1999. Para reverter esse quadro a Administração terá que devolver, até o dia 2 de fevereiro, cerca de R\$ 2,8 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou entrar com uma ação cível contra o ex-prefeito Chico Amaral (PPB). Alcides Manizuka e Álvaro César Iglesias, respectivamente secretários de Educação e Finanças no período, negam qualquer irregularidade.

De acordo com o diretor Financeiro do FNDE, Vinícius de Lara, o montante foi enviado para o pagamento da merenda escolar municipal, porém a verba foi desviada para saldar outras contas. Neste valor a ser devolvido, estão incluídos também os pagamentos feitos a empresas terceirizadas de merenda que, segundo Lara, emitiram notas fiscais "frias". "Essas empresas simularam compra de gêneros alimentícios, quando servem refeições completas", afirmou o diretor financeiro do FNDE, esclarecendo que este procedimento não é permitido.

Se a Prefeitura não cumprir o prazo estabelecido para o FNDE, segundo o diretor,

automaticamente será instaurada uma tomada de conta especial. Com isso, ela entrará para o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf) e, dentro de 75 dias, para o Cadastro Informativo dos Débitos Não Quitados (Cadim), tornando-se inadimplente perante o Governo Federal. O prefeito Chico Amaral (PPB) também terá o nome enviado para o Cadim. "Não há saída. A Prefeitura ou devolve o dinheiro ou entra com uma ação contra o ex-prefeito isentando a atual Administração para conseguir receber recursos", disse Lara.

Em 99, o FNDE enviou para a Prefeitura de Campinas aproximadamente R\$ 3,5 milhões. Por causa das ilegalidades, o FNDE isentou a Prefeitura de devolver R\$ 700 mil desse total.

Segundo o FNDE, a Administração Pública utilizou cerca de R\$ 1,4 milhão destinado à merenda para pagar outras contas. O valor de R\$ 775 mil a ser restituído ao órgão é referente à emissão de notas fiscais "frias" pelas empresas terceirizadas de merenda. Segundo o diretor, a irregularidade nas notas aconteceu porque o Programa Nacional de Alimentação Escolar permite apenas o pagamento de gêneros alimentícios e não de refeições. Para cumprir essa determinação, segundo ele, as empresas emitiram notas simulando a compra de gêneros alimentícios. Além disso, não discriminavam os tipos de gêneros. "Temos notas de compra de alimentos para o Corpo de Bombeiros. Isso é uma ilegalidade porque o Programa se destina apenas para alimentação de crianças do Ensino Fundamental", explicou Lara. O restante do valor, cerca de R\$ 611 mil são juros e correção monetária.

As irregularidades foram constatadas por técnicos da Secretaria Federal de Controle, órgão responsável pelas auditorias em todo o País para o FNDE. Eles analisaram as contas da Prefeitura de julho

a dezembro de 99. "No caso de Campinas, as irregularidades foram comprovadas in loco", disse Lara.

A assessoria de imprensa da atual administração disse que a secretária de Educação, Corinta Geraldí, instaurou uma auditoria interna para saber detalhes do processo. Segundo a assessoria, para a secretária, essa dívida é de responsabilidade da Administração anterior. Os secretários de Finanças e de Educação não quiseram comentar o assunto até que terminem a auditoria.

A assessoria informou ainda que a Prefeitura não tem prazo para devolver o dinheiro, já que o valor é acrescido diariamente com juros e correção monetária. No entanto, o FNDE no ofício n.º 1055/00 declara que a Prefeitura tem prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento do documento, para devolver o dinheiro. Para reforçar a determinação, o órgão enviou, no próprio ofício, o número da conta bancária para que a Administração faça o depósito da verba.

TERCEIRIZAÇÃO

A Prefeitura de Campinas terceirizou, desde 98, o serviço de merenda escolar no município. Atualmente, quatro empresas são responsáveis pelo fornecimento de refeições nas escolas da Prefeitura e do Estado. De acordo com os dados da Secretaria de Educação, são atendidos mais de 161 mil alunos, distribuídos em 415 escolas. Diariamente são servidas 220 mil refeições/dia. Até 2003, os contratos irão consumir R\$ 64,3 milhões da Prefeitura.



Merenda Escolar: FNDE só aceita notas fiscais de gêneros alimentícios e não de refeições servidas como foram apresentadas